

## ABORDAGEM GRAMATICAL DA MODALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Jackson Cícero França Barbosa; Raniere Marques de Melo

(Universidade Federal da Paraíba – [jacksoncfb@id.uff.br](mailto:jacksoncfb@id.uff.br); Universidade Federal da Paraíba –  
[prof.ranieremarques@gmail.com](mailto:prof.ranieremarques@gmail.com))

**Resumo:** Este trabalho investiga como são apresentadas, nos compêndios gramaticais, abordagens sobre modalização em língua portuguesa, buscando compreender como esse aspecto é esclarecido e, se ainda, estabelecem diálogos entre posicionamentos tradicionais x funcionais referentes a descrição e à análise linguística. Para condução deste pesquisa, nos baseamos na crença de que modalização em Língua portuguesa é tida como uma categoria semântico-pragmática relacionada à forma de envolvimento do enunciador com o que é dito, ou com os estados de coisas descritos (Narrog, 2011; Palmer, 1986, 2001) e, também, do ponto de vista funcional, como a “gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes” (OLIVEIRA, 2003, p. 245). Nestes termos, este trabalho investiga explicações conteudísticas acerca da produção de modalidade na fala e na escrita, presentes em documentos procedurais de língua portuguesa. A partir de um estudo exploratório-descritivo, com base em dez gramáticas pedagógicas, verificamos se as funções discursivo-funcionais que as modalidades exercem em diversos contextos de produção são exploradas e em que medida essas funções se relacionam com o caráter argumentativo de alguns gêneros textuais específicos. Constatamos que o tratamento da modalização no *corpus* ainda não representa um consenso por parte dos autores. Muitos nem a mencionam como uma representação ou fenômeno gramatical nas materializações da língua. Mesmo assim, algumas gramáticas (tratamos “gramática”, num sentido lato, para designar produtos em que encontram-se publicadas descrições dos fenômenos da língua, seja de maneira descritiva, prescritiva, de uso e, normativa) com conteúdos que contemplam questões mais próximas das realidades factuais da língua abordam essa questão.

**Palavras-chave:** modalização, compêndios gramaticais, funcionalismo.

### 1. INTRODUÇÃO

A comunicação entre os falantes de uma dada língua é o fator responsável pela determinação de critérios convencionais que tornar-se-ão elementos procedurais, ou mesmo gramaticais, a partir da instrumentalidade conferida ao uso. Os momentos de interação são os eventos responsáveis pela formação de estruturas linguísticas que passarão, a partir de uma necessidade, situacionalidade, ser utilizada nos âmbitos conversacionais.

O funcionalismo considera importante essa relação entre língua e sociedade, onde o indivíduo é um sujeito ativamente responsável pela

configuração das formas linguísticas que circulam e são passáveis de serem utilizadas, incorporadas ao léxico e gramaticalizadas, por assim dizer.

Nesse setor, temos a Gramática Funcional, mediante a tantas outras gramáticas, que procura refletir como as expressões linguísticas são usadas e como mudam gramaticalmente. As mudanças e os processos que fazem com que tais expressões/formas/estruturas se cristalizem a partir de uma maior frequência de utilização das formas discursivas mais produtivas é conferida através do processo de gramaticalização.

## **2. MODALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA FUNCIONAL**

Segundo Oliveira (2003, p. 245), “do ponto de vista linguístico, podemos considerar que a modalidade é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes”. Em consonância com o exposto, apresentamos uma reflexão de Barros (2012, p. 47), que delimita a modalidade como sendo “uma categoria semântico-pragmática relacionada à forma de envolvimento do enunciador com o que é dito, ou seja, com os estados de coisas descritos”. Dessa forma, a partir de um critério sêmico-lexical verificado nas abordagens de Lyons (1977), a modalidade é definida como “uma forma utilizada pelo falante para expressar sua opinião ou atitude a partir de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve”<sup>1</sup> (cf. LYONS, 1977, p. 436).

Segundo Barros (2012, p. 49), a atitude do falante/escritor quanto ao conteúdo proposicional pode ser expressa através de diversos recursos linguísticos: verbos plenos indicadores de crença ou saber, adjetivos em posição predicativa, verbos auxiliares ou semi-auxiliares, advérbios, substantivos e, ainda, através das categorias gramaticais de tempo/aspecto/moço.

Essa gama de formas, funções, proposições discursivas que são inerentes à modalização, faz com que a tarefa para defini-la seja dificultosa, como assegura Neves (2011), porque não há um consenso entre os diversos estudiosos sobre o tema. Além do mais, a autora

---

<sup>1</sup> “A means used by a speaker to express his opinion or attitude towards the proposition that the sentence expresses or the situation that the proposition describes” (LYONS, 1977, p. 436).

ainda lança a provocação calcada na possibilidade de questionar se há enunciados não-modalizados<sup>2</sup>. Assim,

pode-se dizer que, se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca. (NEVES, 2013, p. 152)

Narrog (2012), em se tratando de modalidade, primeiramente se refere às atitudes do falante, ou seja, faz relação ao componente subjetividade; numa outra ótica, é essa questão entendida em termos de factualidade, atualidade, ou realidade. O autor defende, com base em seus estudos, que a primeira abordagem não é muito significativa, porque os atos dos falantes, especialmente na língua falada, são expressos, no âmbito da sentença, através de uma grande variedade de categorias gramaticais e lexicais<sup>3</sup>.

Palmer (2001) também considera a modalidade/modalização como um tipo de gramaticalização referente às atitudes e opiniões (subjetivas) do falante. Para ele, as construções linguísticas utilizadas na mobilização da argumentação, no contexto de produção escrita (no nosso caso, de artigos científicos), são elementos produtivos no que se remete à análise da estrutura gramatical tendo como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala/produção de enunciados, seus participantes e seu contexto discursivo.

Para Ducrot (1993), Narrog (2012) e Palmer (2001), o ponto em comum está na concepção de “atitude” referente à realização do uso da língua. Outros autores (TRAVAGLIA, 1991; OLIVEIRA, 2003) ainda comungam de tal perspectiva, mas o que há de ponto de interseção entre todos os estudos que partem de uma perspectiva tradicional se direciona às

---

<sup>2</sup> Consideramos, pois, a princípio, o que postula Ducrot (1993) como elucidativo sobre a oposição entre objetivo e subjetivo, que se funda, também entre a descrição das coisas e a tomada de posição a respeito dessas coisas. O autor reflete que o aspecto não-modal dos enunciados se origina da descrição das coisas, das informações a propósito delas, da informação objetiva; já o que há de modal na linguagem é relativo às tomadas de posição, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas ao longo do discurso.

<sup>3</sup> In current linguistics, there are two major approaches to the definition of the modality. One is in term of 'speaker attitudes' or 'subjectivity', and the other in terms of the 'factuality', 'actuality', or 'reality'. As I have argued at length elsewhere, the first approach is not very meaningful because speakers attitudes, especially in spoken language, are expressed throughout the sentence through a great variety of grammatical and lexical categories. (NARROG, 2012, p. 05)

noções de “necessidade” e “possibilidade”. Neves (2013, p. 159), justamente por considerar tais categorias importantes na mobilização conceitual que encerra a abordagem em tela, sugere uma interdependência entre elas, para que se resolvam em “subcategorias modais (alética, epistêmica, deôntica, bulomaica, disposicional)”.

Abaixo, elaboramos um quadro que expõe classificações a respeito das modalidades de acordo com alguns dos mais importantes estudos recorridos à área:

**Quadro 02:** Esquema de modalidades em alguns autores.

	<b>Alética</b>	<b>Epistêmica</b>	<b>Deôntica</b>	<b>Bulomaica</b>	<b>Disposicional</b>
Neves (2013)	Ou lógica. Está exclusivamente relacionada com a verdade necessária ou contingente das proposições. Tem relação com o mundo ontológico [...] (p. 159)	Está relacionada com a necessidade e a possibilidade epistêmica, que são expressas pelos próprios contingentes, isto é, dependem de como o mundo é. (p. 160)	Está relacionada com obrigações e permissões. (p. 160)	Ou Volitiva. Diz respeito à necessidade e à possibilidade relacionadas ao desejo do falante (no fundo, uma necessidade deôntica). (p. 160)	Ou habilitativa. Refere-se à disposição, habilitação, capacitação (no fundo, uma possibilidade deôntica). (p. 160)
Oliveira (2003)	acerca da própria noção de verdade	relacionadas com conhecimento e crença temporais	Relacionadas com obrigação e permissão	relacionadas com desejo	<b>Avaliativas e Causais</b> X*
Travaglia (1999)	Referem-se ao fato de o locutor ver a realização da situação, como algo possível, viável. (p. 68)	Comprometimento do falante a respeito do <i>status</i> factual do que ele está dizendo, elas revelam crença do locutor na verdade do que diz no momento da enunciação. Certeza e probabilidade. Hipótese e dúvida. (p. 69)	Têm a ver com a moral, o tratado dos deveres, das normas de conduta (p.68)	<b>Volitivas</b> Originada na vontade, desejo, emotividade, ou em elementos profundos da psique. A volição inclui a Optação e a Intenção. (p.68)	<b>Imperativas</b> Encara o que é dito como uma situação sobre cuja realização ele tem controle ou poder. (p. 67)

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

\* A autora apenas menciona, mas não apresenta classificação para essas modalidades.

Percebemos que, de acordo com a disposição das classificações, é comum que a maioria dos estudos abordem modalidades aléticas, epistêmicas e deônticas, e os autores, quase numa constante, dialogam com o que subscrevem como classificação. Com base numa leitura mais apurada a respeito dessas classificações, cogitamos a possibilidade, em momento de pesquisa, de que as modalidades, mesmo com seus propósitos

classificatórios, avaliativos e discursivo-enunciativos distintos, não devem ser analisadas sem que sejam apreciadas em conjunto no que se refere às intenções discursivo-argumentativas dos gêneros em análise.

Com exceção de Neves, os autores elencados não têm uma inclinação teórica demarcada na linguística funcional. Eles se comprometem a descrever a língua e de certo modo se aproximam no que defendemos como perspectiva teórica. Todos se debruçam sob um determinado uso da língua, seja oral ou escrito, avaliam as atitudes que permeiam a modalização através das intenções dos usuários. Na maioria dos casos, as análises são pautadas no texto escrito, que possibilita a constatação dessas ocorrências, corroborando a defesa de Neves (2013, p. 26) de que seja necessária a inserção da linguística de texto em perspectiva funcional, no que condiz à interpretação dos textos, que “são tidos como unidades de uso – portanto, discursivo-interativas”.

Em diálogo, a noção de que os gêneros são formas textuais estabilizadas, histórica e socialmente situadas, embora maleáveis e dinâmicas, pois atendem às necessidades comunicativas humanas imediatas que variam a cada comunidade e período de tempo (TAVARES, 2007) corresponde, basicamente, ao que entendemos como produção de intenções e atitudes nos contextos de produção e materialização dos textos. Nossa pesquisa reflete a desenvoltura de mecanismos discursivos-enunciativos na elaboração do texto acadêmico, mais precisamente o artigo científico cujo comprometimento com a produção epistemológica, de acordo com a área de conhecimento, assume aspectos linguísticos passíveis de descrição e de reflexão.

Na compilação teórica em que a normatização gramatical está inserida, a produção de gramáticas, das mais diversas abordagens e perspectivas, radiografa, através da descrição linguística, os processos gramaticais da língua. Pensando nisso, nos debruçamos sobre algumas produções gramaticais da língua portuguesa, com intuito de coletar dessas produções o que há de abordagem em se tratando da temática da modalização.

### **3. MODALIZAÇÃO NOS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS**

Para a construção desta seção, consultamos dez gramáticas que normalmente circulam nos meios acadêmicos, mas apenas três destas trouxeram – mesmo que de alguma forma sintetizada – questões sobre modalidade na língua portuguesa.



### 3.1. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa

Azeredo (2011), em suas contribuições para a gramática do português, traz, mesmo que de forma tímida, tópicos sobre os processos sintáticos que refletem situações reais de uso. O bom exemplo é o tratamento da *gramaticalização* (p. 200), na seção correspondente ao período simples – predicação e as categorias do verbo. Como nossa abordagem, ao longo do trabalho, considera a modalização como um fenômeno de gramaticalização, nos chamou atenção a disposição, na mesma seção da gramática, de um tópico intitulado “modalidade, modos do verbo e verbos modais”.

Os apontamentos do autor são iniciados com menções à tradição descritiva decorrente da Idade Média, inspirada na filosofia escolástica, que faz com que reconheçamos os componentes na construção dos enunciados: “*dictum* – aquilo que é objeto da comunicação – e o *modus* – a atitude ou ponto de vista do enunciador relativamente ao objeto de sua comunicação” (AZEREDO, 2011, p. 209).

Para complementar a noção de modalidade que o autor tenta imprimir, sem apresentar tipos/categorias, ele remonta características de alguns verbos e alguns advérbios, para designar atitudes do usuário da língua em atitudes enunciativas/discursivas.

A expressão do *modus* é realizada de várias maneiras. Uma delas consiste em variar a entoação da frase para exprimir certeza, admiração, dúvida, ceticismo etc. Também se pode recorrer a verbos que exprimem atitudes, como *saber*, *duvidar* e *supor*, e advérbios como *talvez*, *sinceramente*, *obviamente* etc. Trata-se do recurso da modalização ou modalidade. (AZEREDO, 2011, p. 209)

A gramática de Azeredo inova na intenção de relatar processos em constante evidência dentro do que se chama de descrição da língua. Entretanto, o autor apresenta exemplos que não têm referências ao que se conhece por situação real do uso. Servem, apenas, para designar situações em que ocorram “permissões” ou “obrigatoriedade”, concluindo sua abordagem do fenômeno, mesmo que *en passant*.

### 3.2. Gramática pedagógica do português brasileiro

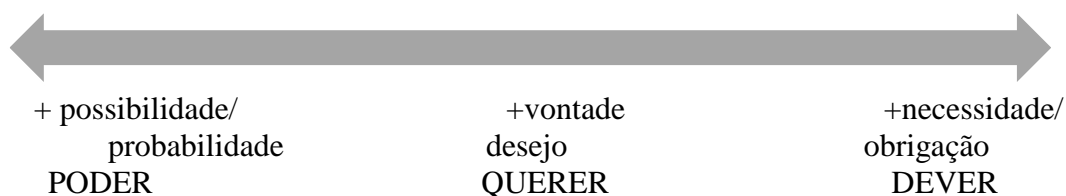
A gramática de Bagno (2011) apresenta seções temáticas que tratam de conteúdos gramaticais, oferecendo uma reflexão com base no uso real e sincrônico da língua. Claro que com isso a mudança não deixa de ser enaltecida e,

muitas vezes, são mencionados percursos diacrônicos de algumas categorias gramaticais abordadas.

A questão de modalidade na gramática, pelo que foi percebido, se restringe aos verbos. Não há, por exemplo, menções a respeito dessa articulação com substantivos, adjetivos, ou, no caso mais comum, com advérbios. Bagno (2011, p. 572) apresenta a modalização como fenômeno expresso por um “pequeno número de auxiliares”, dando o exemplo do *poder* como prototípico para o assunto em tela.

O autor apresenta, em sua abordagem, uma “escala” na qual a modalização é exercida por verbos que partem da *possibilidade/probabilidade* até a *necessidade/obrigatoriedade*, tendo como intermediária, nesse processo, a *vontade/desejo*. Transcrevemos, a título de exemplo, o esquema elaborado pelo autor para explicar essa “trajetória”.

**Esquema 01:** Escala de modalização.



**Fonte:** Bagno (2011, p. 572)

A partir do exposto, o autor apresenta as modalidades, seus conceitos e verbos prototípicos:

Com esses verbos, portanto, buscamos conferir ao enunciado uma modalização *epistêmica* – expressando o grau maior ou menor de certeza que se tem do estado de coisas enunciado; uma modalização *volitiva* – expressando vontade ou desejo e; ou *deontica* – expressando o dever, a obrigação etc. Dessa forma os verbos modais prototípicos são *poder*, *querer*, *dever*. (BAGNO, 2011, p. 572)

Nessa perspectiva da prototipia, Bagno (2011) elabora um quadro com os principais verbos modais, ilustrando com exemplos do projeto NURC<sup>4</sup>, enaltecendo a produtividade do verbo *poder* nas ocorrências, em dados reais de uso.

<sup>4</sup> Projeto NURC (Norma Urbana Culta), iniciado em 1970 e em desenvolvimento até hoje, Investiga as variedades prestigiadas do Português Brasileiro, reunindo dados de cinco capitais brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife - em três tipos de inquérito: (a) diálogo entre dois informantes, (b) elocução formal e (c) diálogo entre informante e documentador.

### 3.3. Gramática de usos do português

A gramática assinada por Neves (2011) não segue a linearidade da alocação de classes de palavras, como notamos nas tradicionais. A proposta, segundo a autora, é constituir uma gramática do uso referencial do português e seu ponto de partida é a “Formação básica das predicções: predicados, argumentos e os satélites”. Levando em consideração o verbo como núcleo da oração e todos os termos que (re)agem em volta dele, o primeiro capítulo aborda questões inerentes ao elemento predicador das orações, no que concerne às análises sintáticas, semânticas e pragmáticas, já que toda observação dos fenômenos referentes a essa classe (ou categoria, nos seus termos) é movida em perspectiva funcional.

A partir da ressalva de que os verbos modalizadores não constituem predicados, a autora (2011) desenvolve sua contribuição sobre essa categoria que aqui colocamos em relevo. É também informado que os verbos modais não têm complementos e que estão enquadrados no subgrupo dos verbos implicativos, cujo envolvimento está na noção de condição necessária e suficiente para determinar se o estado das coisas descrito na oração completiva ocorre ou não.

Segundo Neves (2011), os modalizadores se constroem<sup>5</sup> com outros verbos para modalizar enunciados, *especialmente para indicar modalidade epistêmica* (ligada ao conhecimento) e *deôntica* (ligada ao dever). Com isso, a autora arrola as principais funções desses verbos, no intuito de indicar necessidade e possibilidade epistêmicas, necessidade deôntica (obrigatoriedade) e possibilidade deôntica (permissão).

A autora ainda chama a atenção para aqueles verbos que exprimem a chamada *modalidade habilitativa*, que indicam capacidade, na verdade constituem predicados.

A continuação do conteúdo de modalidade se dá pela abordagem dos substantivos, dentro do *hall* das subclassificações de base morfológica, uma vez que a autora reúne as características de todas as palavras lexicais, nos conjuntos dos substantivos simples, compostos, primitivos e derivados. Neste último, ressalta que a derivação, além de ocorrer a partir de um substantivo ou adjetivo, é verificada a partir de palavras derivadas de verbos.

Ainda nessa perspectiva, os substantivos derivados de verbos podem ser de diversos tipos, dependendo da entidade ligada ao verbo que esteja sendo denominada. Na denominação

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.



da *natureza semântica*<sup>6</sup> dos verbos que derivaram substantivos, temos: “nomes de ação; nomes de processo; nomes de estado”. (NEVES, 2011, p. 77)

Entre os nomes de estado, designados pela autora, são incluídos os de modalidade:

- Há **possibilidade** de se venderem lotes premiados durante os julgamentos da mostra. (AGF)
- Sinto **necessidade** de refletir, de medir bem a decisão que vou tomar. (A)
- Há muito se fazia sentir em nossa estrutura econômica a **necessidade** de uma grande indústria alcalina (JK-O)
- Já é mais que tempo para que empreendamos (...) o trabalho de homogeneização da **capacidade** de todos e de cada um. (JK-O) (NEVES, 2011, p. 78)

Outra categoria que diz respeito aos modalizadores, de acordo com a gramática em tela, é a dos Adjetivos. Quando a abordagem se volta à apreciação dos qualificadores, Neves (2011, p. 188) coloca que estes expressam “diversos valores semânticos”, entre eles, o de modalização: i) epistêmica, quando os adjetivos exprimem conhecimento ou opinião do falante, sendo de *certeza* ou de *asseveração*; ii) eventualidade; iii) deôntica, os adjetivos exprimem consideração, por parte do falante, de necessidade por obrigatoriedade;

Concluindo a abordagem da modalidade, a última categoria é a dos Advérbios, cujos modalizadores são enquadrados na subclasse dos modificadores, sendo estes:

- Epistêmicos ou Asseverativos: indicam uma crença, uma opinião, uma expectativa sobre a asserção:
- Delimitadores ou Circunscritores: delimitam o ponto de vista sob o qual uma asserção pode ser considerada verdadeira:
- Deônticos: apresentam como obrigação uma necessidade:
- Afetivas ou Atitudinais: indicam estado de espírito do falante em relação ao conteúdo da asserção:

Para Neves (2011, p. 244), os advérbios modalizadores

compõem uma classe ampla de elementos que têm como característica “básica” expressar alguma intenção do falante na definição da validade, do valor de seu enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até, avaliar a própria formulação linguística.

---

<sup>6</sup> Destaque nosso.

Dessa forma, a autora, por julgar importante a questão da modalidade, a retoma em seção específica e trabalha suas tipologias de maneira mais acurada, ratificando os conceitos em relação às modalizações.

#### **4. CONCLUSÃO**

O tratamento da modalização nas gramáticas do português brasileiro não representa um consenso por parte dos autores. Muitos nem a mencionam como uma representação ou fenômeno gramatical nas materializações da língua.

Mesmo assim, algumas gramáticas,<sup>7</sup> com conteúdos que contemplam questões mais próximas das realidades factuais da, abordam essa questão.

Não descartamos a possibilidade de que tal realização discursivo-gramatical ainda seja abordada em manuais com propostas mais pedagógicas e, até mesmo, em livros didáticos de língua portuguesa. Isso corrobora com algumas reflexões que tendenciam a modalização como um “terreno arenoso”, em se tratando de operacionalizar classificações e conceituações.

As gramáticas, de uma forma geral, ainda precisam refletir mais sobre aspectos mais formais da língua, no cotejo do uso. No entanto, um fator discursivo, que repercute em emolduração gramatical, por apresentar tendências prototípicas, formas não discretas, especialização em outras classificações, merecem um olhar mais direcionado às realizações factuais da língua.

Objetivamos, nesse estudo exploratório, catalogar manuais e apresentar como era construída a abordagem de modalidade. Nossa hipótese que tal fenômeno era abordado parcamente foi confirmada e, deixamos a reflexão de que, já que se trata de uma real construção da nossa língua, seria interessante ir além da descrição, mas realizar reflexão, por parte dos estudiosos em gramática.

#### **REFERÊNCIAS**

AZEREDO. José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2011.

---

<sup>7</sup> Nesta seção, tratamos “gramática”, num sentido lato, para designar produtos em que encontram-se publicados descrições dos fenômenos da língua, seja de maneira descritiva, prescritiva, de uso e, normativa.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BARROS, Elzimar de C. M. *Construções modais com “ter”*: gramaticalização e variação. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, 2012.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 2.

NARROG, Heiko. (Inter)subjectification in the domain of modality and mood – concepts and cross-linguistic realities. In: DAVIDSE, Kristin; VANDELANOTTE, Lieven; CUYCKENS, Hubert (eds.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalisation*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010. p. 385-429.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Fátima. Modo e modalidade. In: MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 243-272. (Coleção Universitária – série Linguística).

PALMER, Frank Robert. *Mood and modality*. 2<sup>nd</sup> edn. New York: Cambridge University Press, 2001. (Cambridge Textbooks in Linguistics).

PEREIRA, Marli Hermenegilda. *Reanálise e gramaticalização de conectores*: uma análise em tempo real. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2005.

TAVARES, Maria Alice. Os conectores *e*, *aí* e *então* na sala de aula. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TAVARES, Maria Alice. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal : EDUFRN, 2007. p. 87-115.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Meaning-change in the development of grammatical markers. *Language Science* 2, 1980. p. 44-61.